

14. Empreitada (CPE 05.23. DMOSM) “Praia Fluvial de Crespos” - Aprovação do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas.

Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, o Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas, da empreitada mencionada em epígrafe, nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, em conformidade com os documentos constantes do processos.

Contratação: empreitada de **"PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS"**.

Preço base (Pb): €840.431,31 (oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e um euros e trinta e um cêntimo), (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 240 (duzentos e quarenta) dias.

Assunto: Aprovação do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas

PROPOSTA:

Submete-se para aprovação o Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas, nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos públicos, em conformidade com os documentos anexos.

A técnica da UAC,

Anexos:

1. Relatório Final;
2. Relatório Preliminar.
3. Pronúncia_JCCA. Lda;
4. Propostas apresentadas.



DMOSM/DOM/UAC

ORGÃO COMPETENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA.

CONCURSO PÚBLICO: CPE.05.23.DMOSM

RELATÓRIO FINAL

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM,

27/09/2023

Remeta-se ao Sr.
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

____/____/____

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

____/____/____

Concurso Público: CPE.05.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS".

Preço base (Pb): €840.431,31 (oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e um euros e trinta e um cêntimo), (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 240 (duzentos e quarenta) dias.

RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

Membros efetivos:

Membros suplentes:

I – INTRODUÇÃO

Reunião efetuada em 26/09/2023, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro, Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto; Lei n.º 30/2021 de 21 de maio e Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **4551/2023**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 59, de 23 de março de 2023, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo como resultado o seguinte:

O concorrente J.C.C.A. LDA, apresentou a reclamação que se anexa, que genericamente se traduz no seguinte:

- Pelos motivos expostos na pronúncia anexa, este concorrente solicita que lhe seja atribuída a pontuação máxima no 1.º subfactor-Metodologia e também que se proceda à reavaliação da pontuação atribuída no 2.º subfactor-Programa de trabalhos do concorrente *CRISMAGA, S.A.*, e, em consequência, que seja ordenada a proposta do concorrente J.C.C.A. LDA, na 1.ª Posição.

III – DELIBERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO:**III.1. Análise e resposta à reclamação apresentada:**

1. Em relação à pontuação atribuída à proposta deste concorrente, nomeadamente no 1.º Subfator – Metodologia, (pressupostos 1 e 2), após nova análise à proposta apresentada, verificou-se que de facto é apresentada na memória descritiva (paginas 12 a 14) o faseamento e a sequencialidade, desde a consignação até à limpeza final obra e a descrição das atividades e trabalhos em obra, assim como o respetivo encadeamento, tal como previsto nos pressupostos 1 e 2 dos descritores da valia técnica. Assim, o júri ponderou as observações deste concorrente e deliberou aceitar parcialmente a reclamação apresentada, procedendo-se à retificação da pontuação nos termos seguintes:

- A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2) e (4), enunciado no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente não identifica as tarefas crítica, não descrevendo também, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, apresentando apenas uma descrição genérica do caminho crítico e da sua designação, não transcrevendo por palavras (descrever de forma clara, lógica e congruente) as respetivas tarefas críticas, ilustrando as tabelas dos planos de trabalhos do caminho crítico.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,75 (Boa)**.

2. Em relação às observações apresentadas sobre a proposta do concorrente CRISMAGA S.A., nomeadamente a pontuação atribuída no subfactor Programa de trabalhos, o júri ponderou e deliberou por unanimidade não acolher a reclamação apresentada, visto que da leitura e interpretação conjugada e articulada dos documentos apresentados na proposta, que se ajustam e complementam entre si, resulta a informação necessária, adequada e suficiente para avaliação e pontuação atribuída. Concluindo, o caráter de complementaridade entre a Memória Descritiva e o Plano de mão-de-obra e Plano de Equipamentos é só por si suficiente para garantir e

obrigar a entidade executante a disponibilizar em obra a quantidade de mão de obra e equipamento previsto ao nível do Programa de trabalhos.

IV – REORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Face ao que foi referido anteriormente, o Júri deliberou por unanimidade alterar o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, procedendo à reavaliação da proposta do concorrente J.C.C.A. LDA, e consequentemente reordenando as propostas, nos seguintes termos:

➤ **Pontuação da proposta nos subfactores Metodologia e Programa de Trabalhos**

Identificação do concorrente	Sub-fator (M) Metodologia	Sub-fator (PT) Programa de Trabalhos
REMATEPARCELA, UNIPESOAL, LDA	0,25	1,00
J.C.C.A., LDA	0,75	1,00
CRISMAGA, S.A.	1,00	1,00

O resultado da avaliação da proposta por subsunção ao fator «valia técnica» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Avaliação (0,50xM+0,50xPT)
REMATEPARCELA, UNIPESOAL, LDA	0,625
J.C.C.A., LDA	0,875
CRISMAGA, S.A.	1,000

A pontuação final de cada proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afetados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,70 \cdot P + 0,30 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT)$$

Em que:

«C» representa a “pontuação final de cada proposta”;

«P» representa a “pontuação do preço”;

«M» representa a “pontuação no subfator metodologia”

«PT» representa a “pontuação no subfator programa de trabalhos”;

«PR» representa a “pontuação no fator prazo”.

Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa		Pontuação final - C
	Preço - P	Valia técnica	
REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA	0,00662	0,625	0,19
J.C.C.A., LDA	0,10820	0,875	0,34
CRISMAGA, S.A.	0,00670	1,000	0,30

V - RECOMENDAÇÃO AO ÓRGÃO DECISOR:

Nestes termos, propõe-se:

A reordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Prazo de execução (dias)
1º	J.C.C.A., LDA	0,34	€749.500,00	240
2º	CRISMAGA, S.A.	0,30	€834.800,00	240
3.º	REMATEPARCELA, UNIPESSOAL, LDA	0,19	€834.866,06	240

VI – NOVA AUDIÊNCIA PRÉVIA

Tendo-se procedido à reordenação dos concorrentes e se o novo ordenamento das propostas aqui formulado merecer a aprovação superior, o júri, em conformidade com o disposto no artigo 148.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, procederá seguidamente à notificação dos concorrentes, para que se pronunciem por escrito sobre o presente relatório, no prazo de cinco dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Braga, 26 de setembro de 2023,

O Júri do Procedimento

Em anexo:

- Relatório Preliminar; Pronúncia/reclamação do concorrente J.C.C.A. LDA.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM,

27/09/2023Remeta-se ao Sr.
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

____/____/____

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

____/____/____

Concurso Público: CPE.05.23.DMOSM**Contratação: empreitada de "PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS".**

Preço base (Pb): €840.431,31 (oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e um euros e trinta e um cêntimo), (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 240 (duzentos e quarenta) dias.

RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS**Membros efetivos:****Membros suplentes:**

I – INTRODUÇÃO

Reunião efetuada em 26/09/2023, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro, Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto; Lei n.º 30/2021 de 21 de maio e Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **4551/2023**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 59, de 23 de março de 2023, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo como resultado o seguinte:

O concorrente J.C.C.A. LDA, apresentou a reclamação que se anexa, que genericamente se traduz no seguinte:

- Pelos motivos expostos na pronúncia anexa, este concorrente solicita que lhe seja atribuída a pontuação máxima no 1.º subfactor-Metodologia e também que se proceda à reavaliação da pontuação atribuída no 2.º subfactor-Programa de trabalhos do concorrente *CRISMAGA, S.A.*, e, em consequência, que seja ordenada a proposta do concorrente J.C.C.A. LDA, na 1.ª Posição.

III – DELIBERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO:**III.1. Análise e resposta à reclamação apresentada:**

1. Em relação à pontuação atribuída à proposta deste concorrente, nomeadamente no 1.º Subfator – Metodologia, (pressupostos 1 e 2), após nova análise à proposta apresentada, verificou-se que de facto é apresentada na memória descritiva (paginas 12 a 14) o faseamento e a sequencialidade, desde a consignação até à limpeza final obra e a descrição das atividades e trabalhos em obra, assim como o respetivo encadeamento, tal como previsto nos pressupostos 1 e 2 dos descritores da valia técnica. Assim, o júri ponderou as observações deste concorrente e deliberou aceitar parcialmente a reclamação apresentada, procedendo-se à retificação da pontuação nos termos seguintes:

- A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2) e (4), enunciado no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente não identifica as tarefas crítica, não descrevendo também, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, apresentando apenas uma descrição genérica do caminho crítico e da sua designação, não transcrevendo por palavras (descrever de forma clara, lógica e congruente) as respetivas tarefas críticas, ilustrando as tabelas dos planos de trabalhos do caminho crítico.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,75 (Boa)**.

2. Em relação às observações apresentadas sobre a proposta do concorrente CRISMAGA S.A., nomeadamente a pontuação atribuída no subfactor Programa de trabalhos, o júri ponderou e deliberou por unanimidade não acolher a reclamação apresentada, visto que da leitura e interpretação conjugada e articulada dos documentos apresentados na proposta, que se ajustam e complementam entre si, resulta a informação necessária, adequada e suficiente para avaliação e pontuação atribuída. Concluindo, o caráter de complementaridade entre a Memória Descritiva e o Plano de mão-de-obra e Plano de Equipamentos é só por si suficiente para garantir e

obrigar a entidade executante a disponibilizar em obra a quantidade de mão de obra e equipamento previsto ao nível do Programa de trabalhos.

IV – REORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Face ao que foi referido anteriormente, o Júri deliberou por unanimidade alterar o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, procedendo à reavaliação da proposta do concorrente J.C.C.A. LDA, e consequentemente reordenando as propostas, nos seguintes termos:

➤ **Pontuação da proposta nos subfactores Metodologia e Programa de Trabalhos**

Identificação do concorrente	Sub-fator (M) Metodologia	Sub-fator (PT) Programa de Trabalhos
REMATEPARCELA, UNIPESOAL, LDA	0,25	1,00
J.C.C.A., LDA	0,75	1,00
CRISMAGA, S.A.	1,00	1,00

O resultado da avaliação da proposta por subsunção ao fator «valia técnica» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Avaliação (0,50xM+0,50xPT)
REMATEPARCELA, UNIPESOAL, LDA	0,625
J.C.C.A., LDA	0,875
CRISMAGA, S.A.	1,000

A pontuação final de cada proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afetados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,70 \cdot P + 0,30 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT)$$

Em que:

«C» representa a “pontuação final de cada proposta”;

«P» representa a “pontuação do preço”;

«M» representa a “pontuação no subfator metodologia”

«PT» representa a “pontuação no subfator programa de trabalhos”;

«PR» representa a “pontuação no fator prazo”.

Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa		Pontuação final - C
	Preço - P	Valia técnica	
REMATEPARCELA, UNIPessoal, LDA	0,00662	0,625	0,19
J.C.C.A., LDA	0,10820	0,875	0,34
CRISMAGA, S.A.	0,00670	1,000	0,30

V - RECOMENDAÇÃO AO ÓRGÃO DECISOR:**Nestes termos, propõe-se:**

A reordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Prazo de execução (dias)
1º	J.C.C.A., LDA	0,34	€749.500,00	240
2º	CRISMAGA, S.A.	0,30	€834.800,00	240
3.º	REMATEPARCELA, UNIPESSOAL, LDA	0,19	€834.866,06	240

VI – NOVA AUDIÊNCIA PRÉVIA

Tendo-se procedido à reordenação dos concorrentes e se o novo ordenamento das propostas aqui formulado merecer a aprovação superior, o júri, em conformidade com o disposto no artigo 148.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, procederá seguidamente à notificação dos concorrentes, para que se pronunciem por escrito sobre o presente relatório, no prazo de cinco dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Braga, 26 de setembro de 2023,

O Júri do Procedimento

Em anexo:

- Relatório Preliminar; Pronúncia/reclamação do concorrente J.C.C.A. LDA.

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL
PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA “PRAIA FLUVIAL DE
CRESPOS”**

Exmo. Senhor Presidente do Júri,

JCCA, LDA., Concorrente no concurso em epígrafe e nele melhor identificada, notificada do teor do Relatório Preliminar e por não concordar com as conclusões nele vertidas, vem, ao abrigo do disposto no artigo 123.º, n.º I do Código dos Contratos Públicos, exercer o seu

DIREITO DE AUDIÇÃO PRÉVIA,

nos termos e com os seguintes fundamentos:

- 1- Por Decisão Unânime, tomada em 05 de setembro de 2023, o Exmo. Júri do Procedimento denominado por Empreitada da “Praia Fluvial de Crespos”, deliberou propor a ordenação das propostas, em resultado da aplicação do critério da adjudicação.
- 2- A proposta da aqui Concorrente ficou ordenada em 2.º lugar, com fundamento no disposto no ponto II (Análise das propostas) e conjugado com os artigos 5.º ao 13.º do Programa de Concurso.
- 3- Em concreto, o Exmo. Júri fundamenta esta posição da ordenação da proposta de avaliação da aqui Concorrente, pela pontuação atribuída no *subfactor preço* e na *valia técnica* da proposta, por considerar a valia técnica da proposta dependente dos subfactores, Metodologia e Programa de trabalhos.
- 4- Pelo que, à aqui Concorrente, o que tange ao fator “*valia técnica*”, foi atribuída a pontuação global de 0.625, tendo sido atribuído a classificação de 0.25 para o subfactor Metodologia e 1.00 para o subfactor Programa de trabalhos.
- 5- Ora é com estranheza e estupefação que a aqui a Concorrente tomou conhecimento do fundamento que motivou a pontuação de 0.25 no subfactor Metodologia, o que não

poderá aceitar, designadamente com os fundamentos aduzidos, que não traduzem, salvo o devido respeito, a melhor interpretação e aplicação dos normativos invocados, nem o mais correto enquadramento dos factos.

Porquanto,

- 6- De acordo com o programa de concurso, a pontuação de 0.25 (Má) é fundamentada nos seguintes termos: *“A proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima-I (muito boa) – com exceção de três pressupostos ali indicados”*.
- 7- Em relação ao pressuposto (1), o Exmo. Júri avalia a proposta desta Concorrente por não explicitar nem propor um faseamento da obra e da organização dos trabalhos, pelo que, não permite ao júri verificar a sua compatibilidade com o Caderno de Encargos.
- 8- Ora, na Memória descritiva apresentada pela Concorrente em fase de concurso, designadamente na página 11, está identificado num quadro as frentes da obra de acordo com a lista de trabalhos apresentada em concurso.
- 9- De seguida nas páginas 12 à 14 está descrito como será executada a empreitada, ao descrever o seu faseamento e a sequencialidade, desde a consignação até à limpeza final da obra, de acordo com o quadro referido na alínea anterior, onde são descritas as atividades e trabalhos em obra e é apresentado o seu encadeamento.
- 10- E ainda, em complemento, é apresentada uma tabela (pag.14 à 67), com as equipas que constituirão a empreitada e a sua alocação às tarefas constantes no mapa de trabalhos, bem como, são também mencionados os rendimentos que permitiram determinar a duração das atividades.
- 11- Sendo assim, verifica-se que os elementos apresentados em respeito do pressuposto I, cumprem as exigências legais e enquadram-se na situação prevista no ponto II do artigo 12.º, 1.º subfactor-Metodologia, pressuposto I do Programa de concurso.
- 12- Já no que diz respeito ao pressuposto (2), o Exmo. Júri avalia que, apesar de a Concorrente apresentar uma distribuição de meios humanos afetos às várias tarefas por número e profissão, ao mencionar de igual forma os materiais por número e tipo, não apresenta um faseamento da obra/organização de trabalhos claro, bastando-se a apresentar as diversas tarefas.

- 13- No entanto, na Memória apresentada por esta Concorrente ao concurso no ponto 7.2 pag. 92 (Fluxo da realização das tarefas de Obra), consta um resumo do faseamento da obra, que complementa com o ponto 7.3 no qual, além de descrever os processos construtivos de todos os trabalhos a executar em obra, indica e descreve todas as equipas que constituem a empreitada, ao mencionar as atividades que cada uma irá executar, ao situá-las no tempo (início e fim) e menciona os recursos a aplicar nas mesmas (pag.93 até 227).
- 14- Como podemos verificar a título de exemplo, o primeiro ponto, denominado “Estaleiro”, a referindo-se à frente de estaleiro tem uma data de início e outra data para o fim, bem como a duração e, ainda, apresenta a equipa de trabalho associada (EQ. Estaleiro), que depois é complementada nas tarefas com a descrição dos recursos que a compõe.
- 15- Assim, a Concorrente na sua memória descritiva no ponto 7.3 descreve o processo construtivo de todos os trabalhos a serem executados na obra e apresenta os quadros identificando os trabalhos, os recursos, rendimento, equipa de trabalho, duração e sequência.
- 16- Por oposição, na Memória Descritiva da empresa concorrente CRISMAGA S.A., relativamente ao ponto 7 (Processos construtivos) podemos verificar o seguinte:
- Existem vários processos construtivos da obra que ficaram omissos, nomeadamente, desmatção, funilarias, mobiliário urbano, ajardinamentos e todos os elementos exteriores como muros de granito e de gabião, escadas, contenções e pavimentos, e sinalizações.
 - Já no ponto 6.2.15 da memória descritiva da concorrente CRISMAGA S.A relativo a frente de trolha, é referido que esta frente é para trabalhos de construção civil, indefinidos. Ora no ponto 7.1.4 que explica os processos construtivos, os trabalhos de construção civil resumem-se a abertura e tapamento de roços, fixação de acessórios a chumbar nas alvenarias, abertura de furos, muros de fixação de equipamentos, elevação dos materiais, execução de trabalhos acessórios necessários e remoção/limpeza dos locais.
- Analizando o Programa de trabalhos a equipa de trolha irá fazer todo o trabalho de impermeabilizações e isolamentos, muros em granito, muros gabião, lancis, contenções de madeira, pavimento em prado, betão poroso, granito e pré fabricados.
- Conclui-se aqui que a equipa de trolha e os trabalhos de construção civil não estão totalmente compatíveis na memória descritiva, assim como com o plano de trabalho.

- 17- Sendo assim, verifica-se que os elementos apresentados em respeito do pressuposto 2, cumprem as exigências legais e enquadram-se na situação prevista no ponto II do artigo 12.º, 1.º subfactor-Metodologia, pressuposto 2 do Programa de concurso.
- 18- E quanto ao pressuposto 3 o Exmo. Júri avalia que a Concorrente não identifica as tarefas críticas, não descreve, também, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.
- 19- Ora, a Memoria descritiva apresentada pela aqui Concorrente, em todo o percurso do ponto 5.1.6, desde página 67 até à página 70, debruça-se sobre o caminho critico e a sua análise. Neste ponto, é feita uma explicação do que é o caminho critico e a sua implicação na obra. É, ainda, apresentado um quadro a identificar todas as tarefas críticas, a sua duração, datas de início e fim, assim como o seu encadeamento.
- 20- Pelo que, dos elementos apresentados verifica-se o cumprimento do pressuposto 3 do Programa de Concurso e das exigências legais, além de que, se enquadram na situação prevista no ponto II do artigo 12º, 1º subfactor-Metodologia.
- 21- Relativamente ao pressuposto 4, manifestamos a concordância com a avaliação efetuada pelo Exmo. Júri.
- 22- De acordo com o redigido no ponto II artigo 12º, 1º subfactor-Metodologia do Programa de concurso, a proposta deverá cumprir os quatro pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima-I (muito boa).
- 23- Face ao exposto nos pontos anteriores, seria caso de se atribuir no subfactor-Metodologia uma pontuação em conformidade, uma vez que é claro que se verifica o cumprimento dos pressupostos, pela aqui Concorrente.
- 24- Cumpre ainda mencionar que, relativamente ao ponto II artigo 12º, 2º subfactor-Plano de Trabalhos, o plano de Mão de Obra e Plano de Equipamento apresentado pela Concorrente CRISMAGA, S.A., ordenada em 1.ª lugar, não faz menção à mão de obra e equipamento necessário para todas as atividades, tendo inclusive atribuído equipas de trabalho não adequadas às atividades a realizar.
- 25- Como é o caso, quando menciona uma equipa de trolha constituída por recursos para atividades ligeiras, relacionadas a essa profissão.

- 26- No entanto, essa equipa encontra-se alocada à execução dos muros de granito, muros de gavião, pavimentos em betão proso e impermeabilizações.
- 27- Pelo que, é notório que nestas atividades não foi cumprida a mobilização de mão de obra especializada, nem tão pouco o equipamento fundamental para a realização destas tarefas, impossibilitando assim a sua execução.
- 28- Como, por exemplo, a ausência de maquinaria de apoio, do tipo multifunções no apoio à execução de muros de gavião, assim como a falta de uma escavadora para a movimentação das pedras de granito em muros de alvenaria, bem como noutros trabalhos, ou a inexistência de cilindro compactador para a realização do desempenho e compactação das pavimentações a executar.
- 29- Verifica-se, ainda, que nos trabalhos dos arranjos exteriores que incluem desde a execução dos muros até aos pavimentos, não existe qualquer apoio de camiões para a realização dos movimentos de carga a eles associados.
- 30- De facto, a Concorrente *CRISMAGA, S.A.* apenas considera um conjunto de ferramentas diversas, o qual, como é bom de se ver, não se enquadram no equipamento pesado, necessário à realização de todas as tarefas acima indicadas.
- 31- Em relação ao Plano de Mão de Obra, designadamente todos os trabalhos vindos de se expor, verifica-se a inexistência de profissões fundamentais para a realização de tarefas com elevado grau de especialização, como são as impermeabilizações ou manobrabilidade de equipamentos e camiões, faltando, assim, as profissões como impermeabilizadores, manobradores, motoristas e até pedreiros.
- 32- Assim sendo, o Plano de Equipamento e Mão de Obra apresentado pela Concorrente *CRISMAGA, S.A.* não refere todo o equipamento e Mão de Obra necessários para a realização de todas as tarefas.
- 33- Face a isso, o pressuposto 3 do subfactor-Programa de trabalhos do programa de concurso não fica cumprido, por manifestar a falta de recursos ou a atribuição de recursos inadequados à realização dos trabalhos.
- 34- Face exposto nos pontos anteriores, não concordamos com a pontuação I (Muito bom) no subfactor-Plano e trabalhos da *CRISMAGA S.A.*

Acresce que,

35- No caso de a decisão do Exmo. Júri ser tomada nos termos do relatório preliminar, é manifesto o prejuízo do erário público num valor de €85.300,00 (oitenta e cinco mil euros).

36- A qual, tendo por fundamento a avaliação desta Concorrente, vinda de se colocar em crise, acarretaria para o erário público uma despesa agravada, que tanto representa a diferença entre o valor da proposta desta Corrente e o valor da proposta ordenada em primeiro lugar no Relatório Preliminar, relativamente à proposta que apresenta o segundo valor mais baixo, montantes que a entidade adjudicante poderá certamente canalizar para a satisfação de outras necessidades do seu concelho.

NESTES TERMOS, para a (boa) decisão a tomar pelo Exmo. Júri, deve ser dado provimento à presente pronúncia, e, em consequência, ser atribuída a pontuação máxima no 1.º subfactor-Metodologia da Concorrente e também ser reavaliado o 2.º subfactor-Programa de trabalhos da concorrente *CRISMAGA, S.A.*, e, em consequência, ser ordenada a aqui Concorrente na 1.ª Posição.

A Concorrente,

J.C.C.A., Lda.

DECLARAÇÃO

Advanced Green – Engenharia Natural e Urbana, Lda, Contribuinte Fiscal n.º 510 901 212, com sede na Av. Irmãos Duarte - Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil, Gabinete 10, 3300 – 013 – Arganil, titular do alvará de empreiteiro de obras públicas nº 71362, concorrente à empreitada de “**CPE.05.23.DMOSM_PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS**” declara, que não apresenta proposta e os respetivos documentos exigidos no programa de procedimento atendendo a que, após o seu estudo, a conjugação dos diversos custos apurados, resultaram num valor que não se enquadra nos parâmetros indicados no programa de procedimento, nomeadamente no valor base, inviabilizando a análise desta de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 70º do código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro).

Arganil, 31 de julho de 2023

DECLARAÇÃO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

SÁ MACHADO, LDA., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 434, 3.º Andar - Sala 1, 4710-249 Braga, pessoa colectiva n.º 514 316 403, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 514 316 403, com capital social de 300.000,00 Euros, titular do alvará de construção n.º 85972-PUB emitido pelo IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, depois de ter tomado conhecimento do objecto para a empreitada **"CPE.05.23.DMOSM_Praia Fluvial de Crespos"**, a que se refere o anúncio datado de **23 de Março de 2023**, publicado no **Diário da República – II Série – n.º 59**, após análise e estudo do processo de concurso com vista à elaboração de proposta para o referido procedimento, declara que a mesma não se enquadra no preço base definido no *Programa de Procedimento*, inviabilizando assim a admissão da nossa proposta para efeitos de análise, tal como o prevê a legislação em vigor, mais especificamente a alínea d) do n.º 2 do artigo 70º do CCP (Código dos Contratos Públicos).

Braga, 11 de agosto de 2023



Remate Parcela

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO E PRAZO

RemateParcela, Unipessoal, Lda., com sede na Avenida Padre Alberto, n.º 102, Marrancos e Arcozelo, 4730-020, Concelho de Vila Verde, Distrito de Braga, titular do alvará **100485-PUB**, contendo as habilitações **classe 5**, depois de ter tomado conhecimento do objeto da empreitada de execução de **“Praia Fluvial de Crespos”** a que se refere o anúncio datado de **23 de março de 2023**, obriga-se a executar os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo de **240 (duzentos e quarenta)** dias contínuos, incluindo sábados, domingos e feriados, pela quantia de **834 866.06 €** (Oitocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis euros e seis cêntimos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Vila Verde, 11 de agosto de 2023.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

José Ferreira Correia, titular do cartão de Cidadão nº 07428346 4ZX9, residência profissional na Rua Lopes Gonçalves nº1, 4700-227 Braga, na qualidade de representante legal da empresa J.C.C.A. Lda., número de identificação fiscal 509 969 674 e sede na Rua Lopes Gonçalves nº1 – 4700-227 Braga, titular do alvará nº 67837, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “CPE.05.23.DMOSM-PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS ”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) 12.1a) Declaração de acordo com o modelo Anexo I

- Anexo I
- Certidão Permanente
- Certidão das Finanças
- Certidão de Segurança Social

b) 12.1b) Declaração de acordo com o modelo Anexo III

- Anexo III – Não Aplicável

c) 12.1c) Proposta

- Proposta de preço e prazo

d) 12.1d) Lista de Preços Unitários

- Lista de Preços Unitários (Excel e PDF)

- Resumo (Excel e PDF.)

e) 12.1e) Decomposição de valores

- Decomposição de valores
- Alvará - JCCA

f) 12.1f) Declarações de compromisso

- Alvará - Electromendanha
- Declaração compromisso do Subempreiteiro - Electromendanha
- Declaração Subempreiteiro designado - Electromendanha
- Alvará - KWH
- Declaração compromisso do Subempreiteiro - KWH
- Declaração Subempreiteiro designado - KWH

g) 12.1g) Programa de Trabalhos

- Plano de Trabalhos
- Caminho Critico
- Plano de Mão-de-Obra
- Plano de Equipamento
- Plano Geral de Recursos

h) 12.1ha) Plano de Pagamentos

- Plano de Pagamentos

i) 12.1ib) Cronograma Financeiro

- Plano de Pagamentos Resumo
- Cronograma Financeiro

j) 12.1jc) Memória Justificativa e Descritiva do modo de Execução dos Trabalhos

- Memória Justificativa e Descritiva do modo de Execução dos Trabalhos

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Braga, 09 de agosto de 2023

PROPOSTA

A JCCA Lda., com sede na Rua Lopes Gonçalves nº1-Maximinos – 4700-227 Braga, pessoa colectiva nº 509969674, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o nº509969674, com o capital social de 550.000,00€, depois de ter tomado inteiro e perfeito conhecimento, para a apresentação de proposta para a execução da empreitada de **“CPE.05.23.DMOSM-PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS”**, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a mesma de acordo com o estipulado no respectivo Caderno de Encargos, no prazo de **240 dias**, em conformidade com os documentos patenteados no processo, pelo preço de **749.500,00€ (Setecentos e quarenta e nove mil e quinhentos euros)**. À quantia atrás referida acrescentará o IVA à taxa legal em vigor.

Braga, 09 de agosto de 2023



ANEXO 1

DECLARAÇÃO

1 — **António Joaquim Fonseca Pinto de Vasconcelos, titular do CC nº.** **válido**
até **residente na** **na**
qualidade de representante legal de **Crismaga, SA**, com **NIPC nº 513745343** e sede **na Quinta de Queixais, Lomba, 4600-666 Amarante**, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“CPE.05.23.DMOSM_PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Anexo I;
- b) Associação Jurídica – Anexo III;
- c) Declaração de Preço e Prazo;
- d) Lista de Preços Unitários;
- e) Declaração de Preços Parciais;
- f) Declaração de Compromisso;
- g) Programa de Trabalhos;
- h) Plano de Pagamentos;
- i) Cronograma Financeiro;
- j) Memória Descritiva e Justificativa;

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Sede: Quinta de Queixais, Lomba, 4600-666 Amarante

TLF: 255 093 824

EMAIL: geral@crismagalda.pt CTB: 513 745 343 Capital Social: 100.000,00 €



5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n. º1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Amarante, 11 de Agosto de 2023.

Representante Legal



Declaração

JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A., contribuinte nº. 502046376, Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas, com sede na Avenida João XXI, nº 1965, 4770-754 Vermoim, V.N. Famalicão, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Montalegre sob o nº 502046376, titular do alvará de construção nº.10594, concorrentes à empreitada de **“PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS”** declara que o valor resultante do estudo do procedimento é superior ao valor base estabelecido.

Assim, atendendo ao facto de não ter sido possível atingir um valor inferior ao base do procedimento, decidiu a JMF, SA não apresentar a respetiva proposta.

Vermoim, 14 de agosto de 2023

Sede:

Avenida João XXI, nº 1965 - Apt. 6040,
4770-754 Vermoim, V.N. Famalicão
geral@jmfsa.pt | www.jmfsa.pt
+ 351 252 920 200
(Chamada para a rede fixa nacional)

Centro de Produção de Airão:

4805-635 Guimarães
cpfamalicao@jmfsa.pt
+ 351 252 996 053
(Chamada para a rede fixa nacional)



ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º)

1) **José Brás Faria de Oliveira**, titular do Cartão de Cidadão n.º com morada profissional na Rua do Labriosque n.º 70, Martim – 4755-307 Barcelos, na qualidade de **procurador** da firma **Alexandre Barbosa Borges, S.A.**, titular do número de identificação fiscal nº 500 553 408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com sede no Lugar de Martim de Além, Martim – 4755-307 Barcelos, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“CPE.05.23.DMOSM_PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2) Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I;
- b) Declaração de intenção de associação jurídica – não aplicável;
- c) Declaração com o preço e prazo de execução da empreitada;
- d) Lista de preços unitários;
- e) Declaração com os preços parciais dos trabalhos a executar correspondentes às habilitações contidas no alvará;
- f) Declaração de compromisso da execução dos trabalhos – não aplicável;
- g) Programa de trabalhos, incluindo plano de mão-de-obra e plano de equipamento;
- h) Plano de pagamentos;
- i) Cronograma Financeiro;
- j) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
- k) Certidão Permanente;
- l) Alvará;
- m) Procuração.

3) Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4) Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5) O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6) Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7) O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Barcelos, 26 de julho de 2023

DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do nº.1 do artigo 57.º]

1 – Gerente Rosa Maria de Brito Cação residente em _____ concelho de Vila Verde, na qualidade de representante legal de Pedrivalões, Lda. n.º contribuinte 507 365 640 e sede na Lugar de Premedelos nº133, concelho de Vila Verde, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “CPE.05.23.DMOSM_PRAIA FLUVIAL DE CRESPOS” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

1

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

1. a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do presente regulamento;
1. b) Declaração de intenção de associação jurídica, no caso previsto no artigo 5.º deste programa, conforme o modelo constante do Anexo III;
1. c) Declaração contendo a indicação do preço e do prazo para a conclusão dos trabalhos;
1. d) Lista de preços unitários da obra;
1. e) Indicação dos preços parciais propostos em correspondência às habilitações contidas no alvará;
1. f) Declaração de compromisso da execução dos trabalhos, do subempreiteiro, se aplicável;
1. g) Programa de trabalhos, elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos,

1. a) Plano de Pagamentos;
1. b) Cronograma financeiro;
1. c) Memória Justificativa e Descritiva do modo de execução da obra;

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação

que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Vila Verde, 16 de agosto de 2023

Pedrivalões, Lda

3